

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

JULIENE PEREIRA GONÇALVES

ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE
HISTÓRICA DE PLANALTINA/DF

BRASÍLIA
2016

Juliene Pereira Gonçalves

ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE
HISTÓRICA DE PLANALTINA/DF

Trabalho de conclusão de curso apresentado à graduação de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

Comissão Examinadora:

Professor Doutor Erlando da Silva Rêses – Orientador

Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva (FE/UnB)

Professora Mestre Leila Maria de Jesus Oliveira (SEEDF)

Professora Mestre Maria Luiza Pinho Pereira (FE/UnB - aposentada) - suplente

Juliene Pereira Gonçalves

ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE
HISTÓRICA DE PLANALTINA/DF

Trabalho de conclusão de curso apresentado à graduação de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

Professor Doutor Erlando da Silva Rêses. (Orientador- FE/UnB).

Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva (FE/UnB).

Professora Mestre Leila Maria de Jesus Oliveira (SEEDF).

Professora Mestre Maria Luiza Pinho Pereira (FE/UnB - aposentada) – Suplente.

GONÇALVES, Juliene Pereira. ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE HISTÓRICA DE PLANALTINA/DF. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Pedagogia - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RESUMO

O presente trabalho objetiva evidenciar a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Distrito Federal para contextualizar como essa modalidade de ensino se constitui na cidade histórica de Planaltina DF. Objetiva-se, ainda, identificar dados qualitativos e quantitativos para ilustrar como a Educação de Jovens e Adultos vem se compondo no atual panorama da educação e mostrar como a evasão escolar, em Planaltina, tem se tornado um desafio a ser combatido pelos envolvidos com a EJA no Centro de Ensino Fundamental 03 e no Centro Educacional Dona América Guimarães.

A pesquisa apresenta revisão da literatura e análise de questionário, de livre resposta pelos alunos, sobre a evasão escolar e a desmotivação em continuar os estudos. Na última parte da pesquisa, há uma proposta de intervenção local a ser apresentada para as duas escolas com o intuito de minimizar a evasão escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos, Planaltina - DF, Evasão escolar, História da Educação no DF.

ABSTRACT

This research aims to highlight the history of EJA in Brazil and the Federal District to contextualize how this teaching modality constitutes in the historic city of Planaltina DF and seeks to identify quantitative data about how the Teaching of Youth and Adults has been composing in the current education scenery and how school dropout has become a challenge to be tackled by those involved with the EJA at two Brazilian schools: Centro de Ensino Fundamental 03 and Centro Educacional Dona América Guimarães in Planaltina.

This research was developed with literary review and a free response questionnaire analysis on the motives reported by students about school dropout and demotivation to proceed studies. The last part of the research follows the proposal of a local intervention project to be suggested for the two schools in intent of minimizing school dropout in the modality of Youth and Adult Education.

Keywords: Youth and Adult Education, Planaltina - DF, School dropout, Distrito Federal Education History

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Abandono escolar

ALFASOL - Associação Alfabetização solidária

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONFINTEA - Conferência Internacional sobre Educação de Adultos

DF - Distrito Federal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EJA/EaD - Educação de Jovens e Adultos a Distância

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GTPA - Grupo de Trabalho Pró Alfabetização do Distrito Federal

IEs – Instituições de Ensino

IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

LBCA - Liga contra o Analfabetismo Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PNA - Plano Nacional de Alfabetização

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12
1.1 - COMO SE DESENVOLVEU A EJA NO BRASIL	12
1.2 - A EJA E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NO DISTRITO FEDERAL ..	18
Capítulo 2 - A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA-DF	23
2.1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ATUALIDADE DA EJA EM PLANALTINA DF	26
Capítulo 3 - METODOLOGIA DE PESQUISA	35
3.1 – ANÁLISE DE DADOS.....	36
Capítulo 4 – PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL.....	38
4.1 - JUSTIFICATIVA	38
4.2 - OBJETIVO GERAL	38
4.3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	39
4.3 - ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES	39
4.4 - CRONOGRAMA.....	41
4.5 - PARCEIROS.....	41
4.6 - ORÇAMENTO.....	41
4.7 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	42
4.8 – CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS:	43
APÊNDICE A	
Instrumento de Pesquisa: Questionário de livre resposta	

MEMORIAL

Eu me chamo Juliene Pereira Gonçalves, sou graduanda em pedagogia pela Universidade de Brasília e moro em Planaltina - DF desde 1989, época que minha família recebeu um lote no setor conhecido como Jardim Roriz. Nos mudamos para a cidade mais antiga do DF, pois meus pais falavam muito em buscar melhores condições de vida e estudos para as duas filhas. Então viemos eu, minha irmã mais nova e meus pais para o novo bairro que o governador, Joaquim Roriz, havia fundado. Recordo que as condições eram muito precárias, não havia asfalto e a poeira era tão grande que os moradores chamavam o bairro de “agreste”, não tinha água encanada e os meus pais tinham que se deslocar ao chafariz público para pegar alguns baldes e galões de água para podermos tomar banho e cozinhar.

Em 1991, iniciei minha vida escolar na escola pública chamada Jardim de Infância Casa de Vivência, com seis anos de idade. Nessa época, minha família já havia se mudado para o bairro Vila Buritis, bairro em que cresci e fiz amigos.

Fiz a educação básica toda em escola pública: Escola Classe Paraná, Centro de Ensino Fundamental 03, Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina e finalmente me formei na educação superior no curso de Letras pela Universidade Estadual do Goiás, Campus Formosa-GO no ano de 2007.

Ingressei na SEEDF em 2011 para lecionar inglês às turmas de EJA e, no mesmo ano, comecei a estudar pedagogia na UnB. Atualmente cumpro carga horária de 40 horas semanais, durante o dia, como coordenadora pedagógica e 20 horas semanais, à noite, como professora de inglês em regime de contrato temporário. Atuo em duas escolas distintas, o Centro Educacional Dona América Guimarães - CEDDAG durante o dia e o Centro de Ensino Fundamental 03 - CEF 03 à noite.

Durante esse período em que me encontro nas escolas da periferia de Planaltina DF, eu percebi e vivenciei diversas experiências com meus estudantes e com os pais deles. A vivência é tão intensa que, nas escolas em que trabalho, algumas pessoas se apresentam como pais ou responsáveis dos alunos durante o dia e, à noite, são estudantes em minhas aulas na EJA.

INTRODUÇÃO

Constam nas Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017 que os sujeitos que compõem a modalidade são pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora que, ao longo de suas histórias, interromperam suas trajetórias escolares em diferentes momentos. São pessoas que sofrem as consequências de uma lógica estrutural capitalista, injusta e perversa. Essas pessoas integram os mais diversos grupos sociais e traduzem a marca da exclusão social, contudo, buscam estudos para assegurar a sobrevivência de seus familiares.

Para que surja efeito o projeto de intervenção local para as escolas da periferia de Planaltina, a compreensão dos sujeitos da EJA é fator primordial para entender como a modalidade se constitui na cidade e pensar na aprendizagem, respeitando o tempo e condição de cada estudante, torna-se necessário para adequação e sequência do objeto de estudo.

O CEDDAG está situado na última rua, do último bairro da cidade de Planaltina - DF, Região Administrativa VI do Distrito Federal, no bairro Arapoanga. Trata-se de uma comunidade de famílias de baixa renda, de pessoas vindas de outros estados com alto índice de analfabetismo, sendo que a maioria possui empregos informais. Os jovens e adultos têm pouco acesso à cultura e ao lazer. Isso devido a localização afastada e a discriminação que o bairro sofre por causa do alto grau de violência urbana que são caracterizadas, principalmente, pelo tráfico de drogas e as chamadas “guerras de gangues”. Os adolescentes apresentam pouca perspectiva e visão de futuro, não têm hábito de leitura, pouco estudo e ingressam no mercado de trabalho de forma precoce, com baixa qualificação e remuneração. Além disso, a banalização da violência e a marginalidade conduzem muitos jovens à delinquência e à prática de pequenos furtos, sendo comum o envolvimento com o narcotráfico.

Nas cidades, a EJA é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza, consequência do processo de exclusão social causado pelo sistema capitalista (Brasil, 2008).

O Centro Educacional Dona América Guimarães atende a comunidade local desde agosto de 2009 e, segundo consta em seu Projeto Político Pedagógico - PPP, a escola tem uma visão altruísta, considerando os aspectos relevantes do dia a dia

dos alunos, com a participação ativa dos pais e funcionários, envolvendo, assim, toda a comunidade escolar. A escola, também, oferece atividades pedagógicas esportivas como: futebol, voleibol e handebol, sempre em busca de uma educação de qualidade para a efetivação de cidadãos conscientes e críticos.

Possui um regimento aprovado pelo Conselho Escolar local que funciona em 03 (três) períodos: matutino, vespertino e noturno. Neste último período, funciona a Educação de Jovens e Adultos que, no 2º semestre do ano letivo de 2015, contava com 333 alunos do 2º Segmento, correspondente ao Ensino Fundamental - anos finais, e 255 alunos do 3º segmento, correspondente ao Ensino Médio.

A EJA no CEDDAG é formada por alunos de diferentes faixas etárias e diversidade cultural. São alunos que pertencem a uma comunidade precária de cultura e lazer, que se encontram em uma classe social de reduzido poder aquisitivo, pouca estrutura de saneamento básico e buscam transformar essa realidade com a educação. Os estudantes almejam, por meio dos estudos, mudar de emprego, terminar o nível médio, fazer um curso profissionalizante e, até mesmo, como muitos alunos relatam, “conseguir um diploma”.

A diferença etária dos alunos da EJA, na referida escola, gera conflitos de gerações e um descontentamento mútuo entre eles. Pessoas que as idades variam entre 15 e 60 anos, não têm as mesmas perspectivas em salas, fazendo com que cada aluno tente se impor ao outro por esse motivo.

Já o CEF 03¹ de Planaltina, que foi inaugurada em março de 1993, é uma escola que atende ao Ensino Fundamental - anos finais do ensino regular no diurno, Educação de Jovens e Adultos do 1º e 2º Segmentos no noturno, Educação Integral e o programa Mais Educação.

No Projeto Político Pedagógico, do ano de 2016, do CEF 03, consta que é necessário entender que essa modalidade de ensino não se remete apenas a uma questão de faixa etária quando se trata de Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas, fundamentalmente, a uma especificidade cultural. Nesse sentido, o indivíduo que procura os cursos para jovens e adultos do CEF 03 estará inserido num contexto de diversidade sociocultural, cuja heterogeneidade deve ser respeitada e aproveitada pelos professores, constituindo-se fator essencial do currículo e do processo de

¹ Escola que a pesquisadora frequentou durante sua formação no Ensino Fundamental e trabalha no ano de 2016.

² Parágrafo e informação constante no PPP da escola.

³ O PPP da escola não esclarece se os temas transversais citados são referentes ao Currículo em

aprendizagem. Os diferentes saberes e as diferentes opiniões dos alunos, adquiridos ao longo de suas práticas sociais de vida e de trabalho, deverão ser, nesse sentido, o ponto de partida do processo de aprendizagem sistematizada.

Considera-se como fator preponderante para que o processo ensino-aprendizagem alcance sucesso o papel exercido pelo professor, do qual se espera compromisso, entusiasmo, vontade, participação e responsabilidade².

O respeito a toda e qualquer forma de construção de conhecimento, seja ela adquirida por meio da família, dos amigos, de instituições religiosas ou dos meios de comunicação e informação, será dado, observando-se as devidas proporções e tratando-as como complemento do saber estruturado.

Faz parte ainda no PPP do CEF 03 que a leitura, a escrita e a interpretação serão envolvidas em todos os componentes curriculares como forma de se desenvolver o senso crítico, a autonomia intelectual e a capacidade de reflexão e ação. Para que isso se torne realidade, os envolvidos no processo de ensino buscam permear o currículo com os temas transversais³, dando a orientação da educação escolar em seus princípios básicos que são: dignidade humana, igualdade de direitos, participação e responsabilidade pela vida social. Seguindo essa orientação, a escola procura adaptar as matrizes às diretrizes pedagógicas do Distrito Federal e às necessidades dos alunos, sendo coerente com o momento histórico, cujo resultado seja formar o cidadão para viver no terceiro milênio e que saiba corresponder às exigências de um mundo em processo de globalização e transformação⁴.

Localizada no Buritis II, um bairro da periferia conhecido como "Pombal", onde é comum encontrar nas esquinas pontos de venda e consumo de drogas, o CEF 03 atende duas turmas de 1º Segmento e quatro turmas de 2º Segmento.

A polícia atribui o incremento da violência nos bairros mais carentes de Planaltina ao avanço do consumo e do tráfico de crack na região. Assim como no restante do Distrito Federal, as pedras tomaram o lugar da merla na preferência dos traficantes e dos usuários do Pombal, de Arapoanga, do Buraco Fundo e do Jardim Roriz. (Goulart, 2010).

² Parágrafo e informação constante no PPP da escola.

³ O PPP da escola não esclarece se os temas transversais citados são referentes ao Currículo em Movimento do DF.

⁴ Parágrafo e informações constantes no PPP da escola.

Para os estudantes, a escola é um meio de melhorar de vida e serve para “dar o diploma”. No entanto, eles não estão cientes de que é garantido, por lei, a formação integral e o direito à educação emancipadora confirmadas nas Diretrizes do Distrito Federal, fato que contribui para que os índices da evasão⁵ escolar em Planaltina se aproximarem dos 45%.

Arroyo (2005) explica que a EJA só sairá dessa configuração supletiva, caso consiga mudar a visão dos jovens e adultos que são partícipes dessa modalidade, ao se verem como protagonistas e sujeitos de direitos e deveres, equacionando-os ao campo dos direitos e deveres públicos.

A EJA, seus estudantes e profissionais da educação de Planaltina enfrentam diariamente grandes dificuldades para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Problemas como falta de material e suporte pedagógico, violência, escola sem estrutura adequada, tráfico de drogas dentro e fora das unidades de ensino e o descaso do Poder Público são fatores que desestimulam, desanimam e levam os estudantes à desistência de seus objetivos e metas.

A grande questão alçada é como transformar a realidade de constantes interrupções do percurso escolar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na cidade de Planaltina DF?

O presente trabalho busca estruturar, com uma abordagem qualitativa, sobre como a Educação de Jovens e Adultos se estruturou no Brasil e no Distrito Federal para poder contextualizar a modalidade de ensino em Planaltina - DF e, finalmente, apresentar uma proposta de intervenção local para minimizar o problema nas escolas da cidade.

⁵ Utilizei o termo “evasão” por ser palavra usual na pesquisa relacionada ao assunto e no processo de escolarização. No restante do trabalho utilizei, também, o termo “interrupção” como conceito que tem origem no método do materialismo histórico dialético e que sustenta a teoria de mudança estrutural da sociedade, permitindo compreender a EJA como a modalidade com princípios da educação emancipadora.

Capítulo 1 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1 - COMO SE DESENVOLVEU A EJA NO BRASIL

A trajetória da EJA no país se inicia com a chegada dos jesuítas que precisavam catequizar os indígenas e para isso era necessário que os nativos soubessem a língua portuguesa, inclusive para a formação de trabalhadores que deveriam atender a nova aristocracia portuguesa que acabara de se instalar. Dessa forma, o processo de alfabetização de adultos tinha o objetivo de os tornarem serviçais da corte para a realização das tarefas exigidas pelos colonizadores (FRIEDRICH 2010).

Quando os jesuítas foram expulsos, em 1759, a educação ficou por conta do Estado, com isso, novas ações sobre a educação de adultos ocorreram e, entre elas, a abertura de escolas noturnas com ensino de curta duração no intuito de alfabetizar os trabalhadores.

A constituição de 1824 resguardava aos cidadãos (pessoas livres, da elite e que viriam a ocupar funções na burocracia ou na política da época) a instrução primária gratuita. A constituição de 1881 declarava que não eram eleitores os analfabetos e a partir daí a corrida para alfabetizar os adultos era parte de interesse político. Por mais de um século as pessoas não alfabetizadas foram discriminadas nas urnas, pois não eram consideradas cidadãs.

Nos anos de transição do império para república, (1887 - 1897) a educação foi considerada uma espécie de promoção social e o analfabetismo era considerado uma incapacidade social e política. Por volta de 1910 surgiu a LBCA (Liga contra o Analfabetismo Brasileiro) que buscava o voto do analfabeto:

A campanha de combate ao analfabetismo, empreendida pela LBCA, encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil. A chamada feita à população brasileira visando declarar guerra àquele que era considerado nosso maior mal atingiu muitos estados. Foram fundadas seções da Liga Contra o Analfabetismo em 20 estados brasileiros. (Reznik,2008)

No entanto, o programa não foi exitoso, pois as pessoas não alfabetizadas não obtiveram direito ao voto.

A partir de 1930 a educação básica de adultos começou a marcar seu lugar na história, passando por um processo de amadurecimento com as mudanças políticas e

econômicas derivadas do processo de industrialização. A constituição de 1934, no seu artigo 150, parágrafo único, inciso “a”, indica a garantia de dever do Estado o ensino primário gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos.

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País;(...)

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só poderá renovar-se em prazos determinados, e obedecerá as seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;

b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;

Segundo Favero (2012), a primeira campanha de alfabetização no país foi por volta de 1947, momento de pós-guerra, redemocratização do país e criação da UNESCO. Após a queda de Getúlio Vargas iniciou-se a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos, até meados dos anos 50, coordenada por Lourenço Filho, estendendo-se uma ação educativa de reposição da escola primária em três meses para adolescentes e adultos que não tiveram escolarização em idade considerada normal. Na época o índice de analfabetismo beirava os 50% e causava uma grande estagnação econômica, no entanto, a campanha se restringiu a alfabetização e foi um esforço muito grande de expansão da educação aos que não tiveram educação formal.

Ainda na década de cinquenta, surgiram severas críticas à Campanha de Educação de Jovens e Adultos devido ao caráter superficial do aprendizado, ao curto período de execução e à inadequação do método para a população adulta, pois o método era aplicado de forma igual nas diferentes regiões do país. Devido a campanha não ter obtido bons resultados em diversos municípios do Brasil, sobretudo na Zona Rural, ela foi extinta logo em seguida. Depois disso, surge, então, uma nova referência no panorama da educação brasileira para Jovens e Adultos: Paulo Freire e a educação conscientizadora como instrumento de libertação das classes oprimidas.

Favero (2012) ainda relata que o presidente Juscelino Kubitschek convocou um congresso de educação de adultos para que os Estados apresentassem relatórios a serem discutidos e, em 1958, Paulo Freire, representando Pernambuco, apresentou um relatório que criticou a miséria da população nordestina, a precariedade dos

prédios escolares, a inadequação dos materiais didáticos e a qualificação dos professores, relatando, então, que a alfabetização, somente, não resolveria o problema. Seria tentar enxugar o mar. Daí a necessidade da educação está voltada para o desenvolvimento e formação da consciência do povo brasileiro.

Em 1963, Paulo Freire apresentou o (PNA) Plano Nacional de Alfabetização que sugeriu um movimento de alfabetização que levasse em consideração o contexto de cada comunidade.

Com a pedagogia de Paulo Freire, nasce, nesse clima de mudança no início dos anos sessenta, a Educação Popular que se articulava à ação política junto aos grupos populares: intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em 1964, foi aprovado o plano Nacional de Alfabetização. O Brasil todo deveria ser atingido e orientado pela proposta de Paulo Freire⁶.

No entanto com a queda de João Goulart, sofrido pelo golpe militar de 1964, Paulo Freire foi exilado por suas ideias serem consideradas revolucionárias:

A carreira de Paulo Freire no Brasil foi interrompida pelo golpe militar de 31 de março de 1964. Acusado de subversão, ele passou 72 dias na prisão e, em seguida, partiu para o exílio. No Chile, trabalhou por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). Nesse período, escreveu o seu principal livro: Pedagogia do Oprimido (1968)⁷.

Perante o grande analfabetismo no país e das pressões sofridas, o governo militar lança, por volta de 1967, o Movimento Brasileiro da Alfabetização - MOBREAL, com o fundamento básico de controle político da população.

Programa criado pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobreal propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. (MENEZES, 2001)

Em 1971 a Lei 5.692 regulamentou o Ensino Supletivo que visava contemplar os jovens e adultos como proposta de reposição de escolaridade:

⁶ Disponível em: https://pensador.uol.com.br/autor/paulo_freire/biografia/. Acesso em 4 de out. de 2016.

⁷ Disponível em: https://pensador.uol.com.br/autor/paulo_freire/biografia/. Acesso em 4 de out. de 2016

Art.24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. (BRASIL, 1971)

Rêses (2013) explica que, em 1979, Paulo Freire retornou do exílio mantendo sua militância, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e se tornando Secretário de Educação no município de São Paulo, com o lema de que a educação deveria ser um ato coletivo, solidário e não poderia ser imposto. Mesmo na etapa da alfabetização, havia o interesse em provocar debates mais consolidados sobre as palavras geradoras para que, dessa forma, os alunos atingissem a alfabetização funcional.

Em 1985, com a redemocratização do país, o Supletivo e o MOBREAL foram substituídos pela Fundação EDUCAR, que tinha as mesmas características do MOBREAL, no entanto, não trazia o suporte financeiro para a sua manutenção. Ela foi extinta em 1990 quando ocorreu a descentralização política da EJA, passando sua responsabilidade pública para os municípios.

Arroyo (2005) afirma que o campo da Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história, porém ainda é um campo não consolidado nas áreas de pesquisa, políticas públicas, diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. É um campo aberto e que pode se tornar um campo desprofissionalizado e de amadores com apelos à boa vontade e improvisação.

Em 1995 surgiu o programa de Alfabetização Solidária, numa tentativa de passar a responsabilidade da EJA da esfera pública para o privado.

Barrayero (2010) esclarece que o programa Alfabetização Solidária atuava mediante as chamadas "parcerias" com empresas que custeavam metade dos gastos por aluno e o MEC que cobria a outra metade com fundos públicos.

Assim sendo, o Ensino Supletivo se nomeava como a modalidade que iria suprir com o aperfeiçoamento e a aprendizagem, remodelando o presente ao formar cidadãos capacitados que contribuíssem para o desenvolvimento nacional, por meio de um novo modelo de escola para adultos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, entende que a Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e, em seu parágrafo primeiro do artigo 37, assegura oportunidades educacionais de forma gratuita e apropriadas que considerem os interesses, condições de vida e trabalho dos alunos, considerando suas características.

No primeiro governo do Presidente Luiz Inácio, no ano de 2003, iniciou-se uma abertura para a discussão de novas políticas públicas, entre elas, o Programa Brasil Alfabetizado que tinha como objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

O adulto, já inserido no mundo do trabalho, leva com ele uma história longa de vida, acumula reflexões e ponderações sobre o mundo que o cerca. A busca pela certificação escolar faz parte desse resgate da autoestima e a possibilidade de condições melhores de vida.

Como consta no documento base nacional preparatório à VI CONFITEA (2008), a EJA é espaço de tensionamento e aprendizagem em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história.

No governo da Presidente Dilma, o programa que se destacou foi o PRONATEC, mediante os cursos do PROEJA, que foi instituído na primeira gestão do presidente Lula, visando a integração da EJA com a Educação Profissional:

No intuito de contribuir para a superação dos desafios que se apresentam e de se constituir como uma forma extraordinária de fomentar a oferta de cursos do PROEJA, foi estabelecido, dentre o público prioritário do Pronatec, o sujeito da EJA, o que possibilitou, a partir da publicação da Medida Provisória nº 593, de 05 de dezembro de 2012, transformada na Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013, a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica articulada à elevação de escolaridade para aquele público. (BRASIL, 2013)

O PRONATEC apresentou algumas fragilidades e até mesmo algumas críticas:

A primeira crítica postulada pela CNTE é a de que o Pronatec não dimensionaria o papel do Estado na oferta pública e gratuita de Educação Profissional técnica de nível médio. Segundo a CNTE, o investimento público no ensino médio profissional representa a bandeira da universalização das matrículas neste nível de ensino, bem como a oportunidade de qualificar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho. Considera que o déficit de mão de obra que o Brasil enfrenta não deve ocasionar uma operação "tapa-buraco" sem compromisso público. Neste sentido, causa preocupação à esta confederação a falta de esclarecimento do governo quanto a abrangência do Pronatec na rede pública (CNTE, 2011, p.179-180).

O aligeiramento de cursos básicos não oportunizam avanços na formação dos trabalhadores e não permitem sua progressão em função da descontinuidade da formação, também são pontos fracos do Pronatec.

O PROEJA está fundamentado em um projeto educativo com fundamento político-pedagógico humano e democrático, que visam a qualificação profissional junto à elevação da escolaridade e a partir de discussão coletiva da emancipação humana. Exige um zelo pelo perfil dos alunos, que são trabalhadores e não têm tempo de estudar.

É importante que o estudante entenda o processo produtivo em toda sua totalidade, compreenda as relações em uma sociedade capitalista e, percebendo-se trabalhador com direitos e deveres, reconheça-se como uma pessoa com visão crítica e reivindicatória para se estabelecer como profissional com visão de totalidade.

Segundo Pires e Soares, a ausência de uma formação para professores do PROEJA tem sido uma das falhas dos decretos, que o criou, pois mesmo cumprindo uma função social indiscutível, torna a prática destes cursos duvidosa, em razão do despreparo docente de seus profissionais.

Vale lembrar que, no Plano Nacional de Educação (2011 - 2020) existem metas para a Educação de Jovens e Adultos que devem ser cumpridas:

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da década, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década.

Meta 11: Triplicar a matrícula em cursos técnicos de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.⁸

⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

1.2 - A EJA E AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NO DISTRITO FEDERAL

A história da EJA em Brasília se inicia com a vinda de trabalhadores para a construção da nova capital.

Reis (2011), afirma que muitos dos migrantes que construíram a nova capital ficavam à margem da vida social, cultural e econômica da cidade. Ou seja, os responsáveis pela construção de prédios e moradias, muitas vezes, não tinham acesso ao que produziam.

Além de margeados socialmente, sofriam também uma exclusão política ao não participarem da tomada de decisão sobre a construção e utilização dos bens de consumo da cidade, devido ao fato de não possuírem uma escolarização formal e terem sofrido as consequências da estrutura capitalista injusta a classe trabalhadora.

Rêses, Vieira e Reis (2012) relatam que, no Distrito Federal, Paulo Freire teve presença marcante na década de 1960 como Coordenador do Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, acompanhando a implantação dos círculos de cultura de educação popular nas cidades-satélites, também conhecidas como regiões administrativas. Era por volta de 300 círculos de cultura instalados nas regiões do DF. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, essa experiência não pode ser levada adiante e Paulo Freire foi exilado.

Em 1985, cinco anos após retornar ao Brasil, Paulo Freire iniciou sua participação como membro do conselho diretor da Fundação Universidade de Brasília, permanecendo até 1991. Em 1989 houve a criação do Grupo de Trabalho Pró Alfabetização do Distrito Federal - GTPA, como espaço aberto e democrático para entidades e grupos de interesses na erradicação do analfabetismo no DF e Entorno. (RÊSES, VIEIRA e REIS, 2012).

O GTPA/DF foi criado basicamente por iniciativa do movimento popular da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do governo do DF, representa um espaço político organizado em rede da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, ONGs e a vários segmentos dos poderes: executivo, legislativo, judiciário, do movimento popular; dos sindicatos; dos grupos; das associações; das organizações estudantis, das entidades religiosas, de voluntários e outros. (PEREIRA e TÔRRES, 2015).

Em 1996, Paulo Freire realizou sua última conferência em Brasília na homenagem recebida durante o I Fórum Regional de Alfabetização de Jovens e

Adultos promovido pelo GDF e pelo Cepafre – Centro de Educação Paulo Freire em Ceilândia. (RÊSES, VIEIRA e REIS, 2012).

Consta no Currículo em Movimento da Educação Básica de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Distrito Federal que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação destinada ao atendimento de pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora que ao longo da história, não iniciaram ou interromperam sua trajetória escolar em algum momento da vida. (DISTRITO FEDERAL, 2014).

A política educacional no DF, no período de 2007, era de separação entre as duas modalidades (EJA e Educação Profissional), mas, somente em 2009, o PROEJA consolidou-se no DF por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB. (DISTRITO FEDERAL, 2008).

O Projeto ABC-DF do Governo do Distrito Federal que em 2007 pretendia reduzir o analfabetismo na capital do país em quatro anos. A meta estabelecida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico era difícil de alcançar, mas não impossível. Cada aluno ingresso no projeto receberia o material didático para os oito meses de curso. Ressaltando, também, que após alfabetizados os alunos seriam encaminhados para cursos regulares. A seleção dos alfabetizadores comunitários era feita por seis universidades parceiras. O ABC-DF era coordenado pela Gerência de Erradicação do Analfabetismo e envolvia as Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Social e Trabalho, de Planejamento e Gestão, além da Secretaria de Governo. A execução, entretanto, ficou a cargo da Associação Alfabetização solidária – ALFASOL. (DISTRITO FEDERAL, 2008).

No entanto, o Projeto ABC-DF foi alvo de denúncias de corrupção no contexto do governo Arruda e foi realizado em oposição e negação à adesão do DF ao Programa Brasil Alfabetizado do Governo Federal e a todas as iniciativas do movimento popular, contrariando o art. 225 da Lei Orgânica do DF.

Em 2011, A Secretaria de Educação do Distrito Federal lançou, o Programa DF Alfabetizado. O objetivo era alfabetizar 10 mil pessoas a partir da criação de 500 turmas. A proposta era de que até o fim de 2014, o DF se transformaria em um território totalmente alfabetizado. E para atingir essa meta, a SEDF contou com a participação de várias entidades públicas e organizações sociais. Até o final do programa, visou-se alfabetizar 65 mil brasilienses por meio da criação de 3.250 turmas nos períodos de 2011 a 2014. Houve uma ação prioritária em três territórios do

DF com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo: Estrutural, Itapoá e Sol Nascente/Pôr do Sol em Ceilândia. As estratégias de ação contemplaram a territorialidade e consideravam que a escola pública era a responsável pela alfabetização em sua área geográfica de abrangência. Previa ainda que a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos não se separassem.

De acordo com o sítio eletrônico da Secretaria de Educação do DF (<http://www.se.df.gov.br>) a Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental ou ensino médio.

O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira traz à luz os fundamentos da EJA ao atribuir ao poder público a responsabilidade de oferecer e assegurar o acesso e a permanência do trabalhador na escola, através de ações integradas com a oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características dos estudantes, os interesses que apresentam, suas condições sociais, de vida e de trabalho, mediante cursos presenciais e exames de conclusão.

Segundo consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, os cursos de EJA devem ter um currículo flexível para que seja:

- I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;
- II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;
- III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;
- IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;
- V – promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando uma maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;
- VI – realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

As Diretrizes destacam a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas, também, reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

A regra para o ingresso na EJA é ter idade mínima de 15 anos para o correspondente ensino fundamental e 18 anos para o correspondente ensino médio.

A EJA, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, é ofertada por meio de cursos presenciais e a distância e, ainda, existem as opções de exame oficial de certificação – ENCCEJA (Ensino Fundamental) ofertado pelo MEC.

O curso presencial de EJA está organizado de forma que o 1º Segmento do Ensino Fundamental correspondente aos anos iniciais tenha duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

O 2º Segmento do Ensino Fundamental correspondente aos anos finais tenha duração de quatro semestres, com carga horária de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

E o Ensino Médio, no 3º Segmento tenha a duração de três semestres, com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas.

O pretendente a vaga realizará a sua inscrição pelo telefone 156 (telematrícula), nos períodos estabelecidos semestralmente. O estudante poderá concorrer a vagas em duas escolas de Educação de Jovens e Adultos de sua preferência, desde que haja essa disponibilidade.

A divulgação da listagem dos inscritos pela telematrícula é feita no sítio eletrônico da Secretaria de Educação, nas Diretorias Regionais de Ensino e nas escolas que ofertam EJA.

Para que ocorra a efetivação da matrícula na escola em que o estudante conseguiu a vaga, ele deverá se apresentar com os documentos solicitados e, após o período de matrícula, as vagas remanescentes serão disponibilizadas nas secretarias das escolas⁹.

Segundo o sítio eletrônico da Secretaria de Educação, a Educação de Jovens e Adultos à Distância é ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos Asa Sul – CESAS no 2º Segmento e para o 3º Segmento. A EJA/EaD é desenvolvida com amparo da internet, no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e desenvolvido pelo MEC. A metodologia adotada nos cursos à distância favorece a construção da autonomia do estudante e sua inserção na sociedade informatizada. O aluno da EJA/EaD conta com o acompanhamento de professores tutores, por meio do AVA e, presencialmente, nos plantões de atendimento no CESAS.¹⁰

⁹Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em 20 de out. de 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/267-educacao-de-jovens-e-adultos.html>. Acesso em 12 de out. 2016.

A matrícula é feita presencialmente na secretaria do CESAS, nos períodos divulgados no sítio da Secretaria de Educação do DF.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA e o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM certificam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio respectivamente. As Instituições de Ensino – IEs - credenciadas para certificar estão distribuídas nas regiões administrativas do DF e podem ser conferidas de acordo com o ano de realização.

Vale ressaltar que o PDE - 2015/2024, do Governo do DF, para a Educação de Jovens e Adultos estabelece em sua meta número 9 que o DF deverá:

Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano. (GDF, 2015).

E em sua meta 11, estabelece que o DF deverá triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 75% da expansão na rede pública, priorizando a educação integrada ao ensino médio.

Capítulo 2 - A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA-DF

A cidade de Planaltina é a mais antiga do DF, com 157 anos. A RA tem atualmente 1.534 km² e conta com aproximadamente 190 mil habitantes, segundo dados da Codeplan de 2015. Faz limites com Sobradinho-DF, Formosa-GO, Planaltina-GO e Paranoá-DF. A distância aproximada de Brasília é de 38 km. Tem muita história, se destacando pela religiosidade presente na Via Sacra, na Festa do Divino e no Vale do Amanhecer, além disso, é uma cidade com área rural bastante presente que dialoga com a área urbana crescente a cada dia. A economia de Planaltina é baseada no comércio, na agricultura e na pecuária. É um local que possui diversos parques, rios e cachoeiras, como a Estação Ecológica Águas Emendadas, uma área de preservação que é aberta a visitantes, a Pedra Fundamental, Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, Parque Ecológico Vale do Amanhecer, Parque Ecológico e Vivencial Estância, Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pípiripau, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico e Vivencial da Lagoa Joaquim de Medeiros, Parque Ecológico dos Pequizeiros, Parque Ecológico do DER, Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília (GDF, 2015).

Segundo o documento do GDF, *Planaltina um referenciamento de fontes de 1999*, a cidade tem história local desde o século XVIII.

Os documentos existentes não indicam a data da fundação de Planaltina, mas acredita-se que ela tenha ocorrido no fim do século 18. A localidade funcionava como ponto de passagem da Estrada Real, usada para transporte de ouro na primeira metade do mesmo século. O primeiro nome do povoado era Mestre D'Armas, em homenagem ao ferreiro português, perito em armas, instalado na região. Está estreitamente vinculada à história da interiorização da Capital. A Lei nº 03, da Assembleia Provincial de Goiás, criou o distrito de Mestre D'Armas, pertencente à época ao município de Formosa-GO. A data de 19 de agosto de 1859 passou a ser oficial da fundação de Planaltina.(GDF, 1999).

Em 1892, hospedou a Comissão Cruls ou Comissão Exploradora do Planalto Central que recebeu a incumbência de estudar a região onde seria instalada a futura Capital da República e realizar os primeiros estudos para a implantação dela. A comissão teve como resultado do trabalho a demarcação da área onde se construiria a nova capital.

Em fins de 1894, o famoso Relatório Cruls sugeriu e demarcou a área, onde se destacava a vila de Mestre D'Armas, como era até então conhecida. Em 1910, a cidade passou a se chamar Altamir até que em 14 de julho de 1917 a cidade recebeu o nome de Planaltina, diminutivo feminino da palavra Planalto. (GDF, 1999).

A pedra fundamental foi assentada no Morro do Centenário, na Serra da Independência, localizada a 9 km da cidade, onde se encontra o ponto central do Brasil em setembro de 1922.

Em 1955, outra comissão delimita definitivamente a região e o sítio do Distrito Federal. O quadrilátero fica sobreposto a três municípios goianos, entre os quais Planaltina, que teve território dividido em duas partes. A área de fora do DF passou a se chamar Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha.

A partir de 1969, a cidade começou a sofrer com o surgimento de ocupações. Pessoas de baixa renda oriundas de vários cantos do país, mas principalmente do Nordeste, resolveram morar na cidade. Nascia, então, o Setor residencial Leste, ou como é conhecida, "Vila Buritis", onde hoje se concentra grande parte da população urbana da cidade histórica.

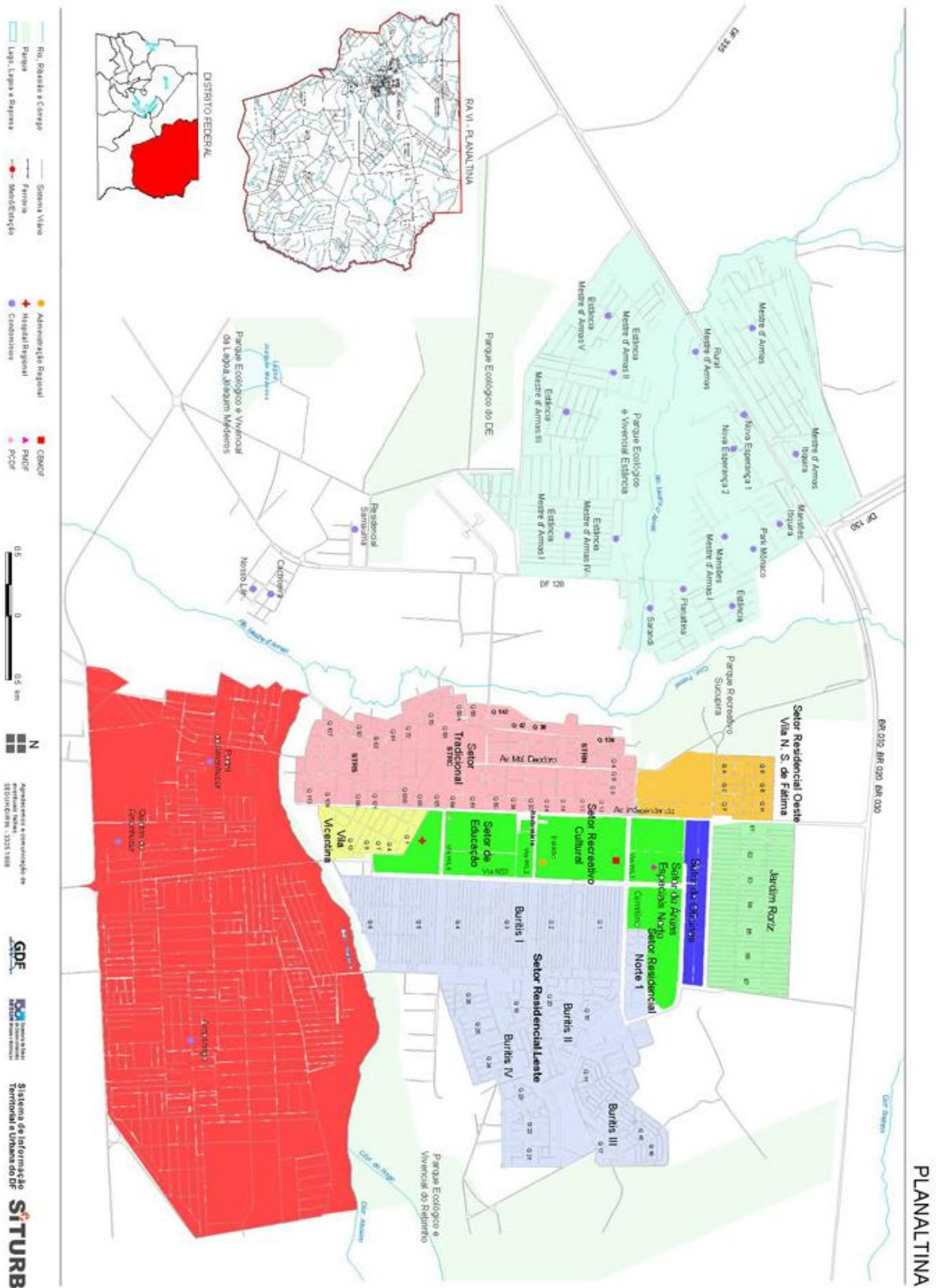
Planaltina atualmente é dividida em setores:

- Setor Tradicional - subdividido em SRTN (Setor Residencial Tradicional Norte) e SRTS (Setor Residencial Tradicional Sul);
- SRL (Setor Residencial Leste) que engloba a Vila Buritis I, II, III IV;
- SRN (Setor Residencial Norte, mais conhecido como Jardim Roriz);
- SRO (Setor Residencial Oeste ou Vila Nossa Senhora de Fátima);
- Estâncias (Estância Mestre D'Armas I, II, III, IV, V e Condomínios);
- Vila Vicentina;
- Arapoanga e
- Vale do Amanhecer.¹¹

Além disso, Planaltina conta com uma Área Central, que abrange os setores Educacional, Hospitalar, Recreativo e Cultural, de Áreas Especiais Norte, de Oficinas, entre outros; e as Áreas Rurais que compõem a maior parte da área da cidade, como o Rio Preto (70 km do Plano), a Taquara (60 km do Plano, acesso pela BR020 e DF230), a Tabatinga (35 a 65Km do Plano Piloto), e o Pipiripau (Acesso pela BR020).

¹¹Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=938424> Acesso em 04 set. 2016.

FIGURA01: Mapa de Planaltina-DF



Fonte: Disponível em http://i687.photobucket.com/albums/vv240/nunobsb/Planaltina_Mapa.jpg. Acesso em: 04. Set.16

FIGURA 02: Legenda dos setores e bairros de Planaltina - DF

Borda	Setor
	Tradicional
	Residencial Leste
	Residencial Oeste
	Residencial Norte
	Vila Vicentina
	Central
	Arapoanga
	Estância
	de Oficinas

Fonte: Disponível em http://i687.photobucket.com/albums/vv240/nunobsb/Planaltina_Mapa.jpg. Acesso em: 04 de Set. 2016.

2.1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ATUALIDADE DA EJA EM PLANALTINA DF

O modo de vida do sertanejo que existia na vila antes da construção de Brasília era voltada para atividades produtivas, sendo essas atividades mais importantes que o estudo, pois não tinham escolas na cidade e as condições das estradas na época não ajudavam aos que queriam estudar fora, no entanto, os que tinham melhores condições financeiras conseguiam estudar em cidades como Formosa e Anápolis.

“Então muitos falavam “Não, qual é estudar?” Vai viver é de criar boi, é na fazenda, então pra quê estudar, a gente não vai comer letra, não vai comer livro, estudar não vai criar família não, criar família é com vaca gorda, é pasto é que vai florescer a família”. (ArPDF, 1999).

A educação formal escolar em Planaltina teve início a partir de 1880, com as aulas das primeiras letras. Era uma escola determinada para o ensino de alunos do sexo masculino. O primeiro professor de Planaltina foi Salvador Afonso Coelho da Silva Campos. Em 1971 foi criada a primeira escola para o sexo feminino, o Grupo escolar em 1929, em 1930 o Grupo Escolar Brasil Caiado e, em 1954, a Escola Normal Regional. (GDF, 1999).

Já nos anos de 1940 a senhora Stella dos Cherubins Guimarães, relatou que a preocupação com a educação em Planaltina era muito peculiar e que naquela época já possuíam três escolas: A paroquial São Sebastião, a Escola Evangélica, e a Escola Normal Regional. As famílias ricas levavam seus filhos para estudar fora e aos que não tinham condições foi criada a Escola Normal Olívia Guimarães para atendê-los (GDF, 1999).

Atualmente a população de Planaltina está bem diferente daquela relatada no início da formação da cidade. Em pesquisa realizada, no ano de 2015, pela Codeplan constata-se que:

A RA VI abriga uma população urbana estimada em 189.412 habitantes.

Conforme levantamento dos residentes na RA VI, 53,51% do contingente populacional é nascido no Distrito Federal, enquanto 46,49% são constituídos por imigrantes. Do total, 55,18% são naturais do Nordeste; 23,16%, do Sudeste, 18,10%, do Centro-Oeste (menos DF); 2,22% vieram do Norte e 1,19%, do Sul. Em relação à origem por estados, Minas Gerais é o mais representativo, 19,85%, seguido por Goiás, 17,16%, Piauí, 16,78%, Bahia, 13,62% e Maranhão, 8,02%.(Distrito Federal, 2015)

Segundo a definição proposta pela UNESCO, é considerada uma pessoa funcionalmente analfabeta aquela que não consegue participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é demandada. Com isso, se faz necessário que a pessoa atue diligentemente em sua comunidade, e que permita continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento do seu grupo. (Ribeiro, 1998).

Saviani (2007) destaca que:

Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade.

Gracindo, (*apud* DOURADO, 2011) destaca que a desigualdade econômica e as frágeis políticas públicas do país sempre geraram um grande contingente de analfabetos e de pessoas que, mesmo tendo passado pela escola, não completaram a educação básica.

Em Planaltina esses dados foram comprovados e são bem alarmantes. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio da Codeplan (2015):

Da população total de Planaltina no ano de 2015, destaca-se o percentual daqueles que não estudam, 71,01%.(...) Quanto ao nível de escolaridade, a população concentra-se na categoria dos que têm ensino fundamental incompleto, 39,43% (...) Analfabetos na região representam 2,53%.

Segundo Lopès (1996), para Paulo Freire, a única coisa capaz de formar um ser humano é a consciência crítica, a capacidade de pensar seu ambiente e suas relações. Alfabetizar não é apenas aprender a escrever seu próprio nome no papel. A alfabetização não é um processo que parte de fora para dentro, mas ao contrário, de dentro para fora. A educação de adultos deve oferecer instrumentos que possa exprimir por sinais gráficos a realidade da qual tem conceito oral. A alfabetização está ligada à conscientização da realidade e dela deve nascer.

Em Planaltina, a Codeplan (2015) constatou que apenas 19,86% da população se declararam com o nível médio de escolarização completo:

Tabela 1 - População segundo o nível de escolaridade - Planaltina DF- 2015

Nível de Escolaridade	Nº	%
Analfabeto (15 anos ou mais)	4.784	2,53
Sabem ler e escrever (15 anos ou mais)	2.080	1,10
Alfabetização de adultos	555	0,29
Ensino Especial	277	0,15
Maternal e creche	555	0,29
Jardim I e II/Pré-Escolar	3.744	1,98
EJA - Fundamental incompleto	1.317	0,70
EJA - Fundamental completo	139	0,07
EJA - Médio incompleto	1.456	0,77
EJA - Médio completo	416	0,22
Fundamental incompleto	73.352	38,73
Fundamental completo	8.042	4,25
Médio incompleto	20.106	10,61
Médio completo	37.647	19,86
Superior incompleto	12.826	6,77
Superior completo	10.954	5,78
Curso de especialização	832	0,44
Mestrado	277	0,15
Doutorado	69	0,04
Crianças de 6 a 14 anos não alfabetizadas	139	0,07
Não sabem	208	0,11
Menor de 6 anos fora da escola	9.637	5,09
Total	189.412	100,00

Mais de 4.780 pessoas são consideradas analfabetas e mais de 73 mil pessoas se declararam com o nível fundamental incompleto de escolaridade, em uma cidade com 157 anos de existência.

A taxa de analfabetismo está concentrada nas camadas mais pobres, nas áreas rurais, entre os idosos e, sobretudo, entre negros e pardos. Essa taxa, continua sendo produzida pela exclusão social e pelo fracasso escolar, como pontua Gracindo (2011).

Em relação à ocupação, trabalho e rendimento dos moradores da cidade, o PDAD 2015, realizado pela Codeplan ressalta que:

No tocante à ocupação dos moradores de Planaltina, observa-se que, entre os acima de 10 anos de idade, 47,47% têm atividades remuneradas, enquanto 18,99% são estudantes e 9,66% encontram-se desempregados (Tabela 2). No que diz respeito à ocupação remunerada, o setor que mais se destacou na RA VI foi o de Serviços, 87,99%, sendo o Comércio, com 34,27%, Serviços Gerais, 15,99% e Administração Pública (DF) com 13,25%. A Construção Civil representa 9,19% e os Serviços Domésticos, 6,45%.

Tabela 2 - População segundo a situação de atividade - Planaltina DF - 2015

Situação de Atividade	Nº	%	% Maiores de 10 anos
Total	189.412	100,00	
Menor de 10 Anos	25.098	13,25	
Subtotal	164.314	86,75	100,00
Não têm atividade	5.754	3,04	3,50
Têm trabalho remunerado	77.998	41,18	47,47
Aposentados	14.490	7,65	8,82
Aposentados trabalhando	485	0,26	0,30
Pensionistas	3.813	2,01	2,32
Do lar	14.629	7,72	8,90
Desempregados	15.877	8,38	9,66
Estudantes	31.199	16,47	18,99
Trabalho voluntário	69	0,04	0,04

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Planaltina - PDAD 2015

Tabela 3 – População ocupada segundo a atividade remunerada – Planaltina - 2015

Setor de Atividade Remunerada	Nº	%
Agropecuária	1.525	1,94
Construção civil	7.210	9,19
Indústria	693	0,88
Comércio	26.900	34,27
Empresa Pública Federal	1.941	2,47
Empresa Pública Distrital	2.496	3,18
Administração Pública Federal	2.011	2,56
Administração Pública Distrital	3.952	5,04
Transporte e armazenagem	2.149	2,74
Comunicação e informação	693	0,88
Educação	2.219	2,83
Saúde	2.635	3,36
Serviços domésticos	5.061	6,45
Serviços pessoais	4.576	5,83
Serviços creditícios e financeiros	1.248	1,59
Serviços imobiliários	347	0,44
Serviços gerais	12.549	15,99
Administração Pública de Goiás	69	0,09
Não sabem	208	0,27
Total	78.482	100,00

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Planaltina - PDAD 2015

Os dados coletados pelos secretários escolares em 2015, com o CENSO ESCOLAR da Subsecretaria de Planejamento Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, relatam que a rede pública de ensino de Planaltina DF conta com 10 escolas que atendem a todos os segmentos do ensino de curso presencial na Educação de Jovens e Adultos.¹²

Duas (2) escolas, o CEF ARAPOANGA e a EC 16 de PLANALTINA oferecem apenas o 1º segmento da 1ª a 4ª etapa.

Outras três (3) escolas, o CEF 03, CEF JK e o CEF 04, atendem ao 1º e 2º Segmentos.

Já o CED CONDOMÍNIO ESTÂNCIA III e o CED DONA AMERICA GUIMARÃES atendem ao 2º e 3º Segmentos no noturno.

¹² Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/servicos/censo-escolar/469-censo-escolar-2015.html> Acesso em 10 de dez 2016.

Outras duas (2) escolas atendem aos 1º, 2º e 3º Segmentos, o CED 03 de PLANALTINA e o CED VALE DO AMANHECER.

E existe ainda o CED 01 de PLANALTINA, também conhecido como CENTRÃO, que atende apenas ao 3º segmento, correspondente ao Ensino Médio.

De acordo com o CENSO ESCOLAR de 2015, na comunidade do Arapoanga a escola que oferta o 1º segmento é o CEFA. A escola matriculou 112 alunos no 1º semestre de 2015, 50 foram considerados aptos e avançaram nos estudos, 19 foram retidos e 43 interromperam os estudos no decorrer das aulas. Já no 2º semestre do respectivo ano, o CEFA contou com uma movimentação de 91 alunos matriculados e ao final do semestre letivo, 39 alunos foram aprovados, 8 foram considerados não aptos e 44 estudantes interromperam os estudos.

No CEFA, 99 dos alunos matriculados eram nascidos antes de 1976, ou seja, tinham mais de 40 anos, 39 eram nascidos entre 1976 e 1980, e os outros 33 eram nascidos entre 1981 e 2000.

No setor conhecido como Estância Mestre D'armas, uma das escolas que ofertam o 1º segmento é a EC 16 de PLANALTINA. A escola matriculou 144 alunos no 1º semestre de 2015, 66 foram considerados aptos e avançaram, 47 foram retidos e 31 interromperam os estudos no decorrer das aulas. Já no 2º semestre do respectivo ano, a escola contou com uma movimentação de 126 alunos matriculados e ao final do semestre letivo, 38 alunos foram aprovados, 43 foram considerados não aptos e 45 estudantes interromperam os estudos.

Na EC 16, 165 alunos matriculados eram nascidos antes de 1976, ou seja, tinham mais de 40 anos, 72 eram nascidos entre 1976 e 1980, e os outros 59 eram nascidos entre 1981 e 2000.

Ainda conforme consta no CENSO de 2015, no 1º semestre do respectivo ano o CEF 03, o 1º segmento teve uma movimentação de 29 alunos matriculados e ao final do semestre letivo apenas 4 foram considerados aptos, 10 não aptos e 15 abandonos. No 2º semestre o 1º segmento teve uma movimentação de 21 alunos matriculados e ao final do semestre letivo 6 alunos foram considerados aptos, 3 não aptos e 12 interromperam a escola.

Com relação a idade dos alunos do CEF 03 no ano de 2015, 31 deles eram nascidos antes de 1976, ou seja tinham mais de 40 anos, 6 eram nascidos entre 1976 e 1980, ou seja, tinham entre 35 e 39 anos de idade e os outros 10 eram nascidos entre 1981 e 2000.

Já no 2º segmento de 5º ao 9º ano, o CEF 03 durante os dois semestres do ano letivo de 2015 matriculou 343 alunos, aprovou 125, reteve 52 e 166 alunos interromperam sua trajetória escolar.

Ainda observa-se no CENSO de 2015, que no 1º semestre deste ano que o CEF JK em seu 1º segmento teve uma movimentação de 62 alunos matriculados e ao final do semestre letivo apenas 5 foram considerados aptos, 8 não aptos e houve 49 abandonos. No 2º semestre do respectivo ano, o 1º segmento teve uma movimentação de 19 alunos matriculados e ao final do semestre letivo 10 alunos foram considerados aptos, 4 não aptos e 5 interromperam a escola.

Com relação à idade dos alunos do CEF JK no ano de 2015, 27 deles eram nascidos antes de 1976, ou seja, tinham mais de 40 anos, 15 eram nascidos entre 1976 e 1980, ou seja, tinham entre 35 e 39 anos de idade e os outros 31 eram nascidos entre 1981 e 2000.

Os números do 2º segmento do CEF JK do mesmo ano são os seguintes: 274 matrículas realizadas, 104 aprovações, 19 reprovações e 151 abandonos de vaga.

No centro da cidade de Planaltina o Centro de Ensino Fundamental 04 matriculou no 1º segmento do 1º semestre de 2015 102 alunos, 39 estudantes foram considerados aptos, 32 foram retidos e 31 interromperam os estudos. Já no 2º semestre de 2015, o CEF 04 contou com uma movimentação de 83 alunos matriculados e ao final do semestre letivo, 34 alunos foram aprovados, 18 foram considerados não aptos e 31 estudantes interromperam os estudos.

No CEF 04, 110 dos alunos matriculados eram nascidos antes de 1976, 30 eram nascidos entre 1976 e 1980, e os outros 38 eram nascidos entre 1981 e 2000.

Já no 2º Segmento, o CEF 04 durante os dois semestres do ano letivo de 2015 matriculou 884 alunos, aprovou 338, reteve 203 e 343 alunos interromperam sua trajetória escolar.

Tendo por base as escolas elencadas acima e o segmento ao qual atendem, é possível perceber que a taxa abandono¹³ nas escolas de Planaltina são muito altas, quase 45% dos alunos que se matricularam no 1º segmento da educação básica, interromperam os estudos durante o ano letivo de 2015.

No 2º segmento a taxa de interrupção do percurso escolar se assemelha, atingindo quase 44%.

¹³ Termo utilizado nos documentos do Censo Escolar de 2015.

Essa taxa pode ser explicada pela violência urbana presente em Planaltina, que amedronta os alunos do noturno e pela quantidade de trabalhadores rurais presentes na cidade, conforme relatado em reportagem de Rodrigues:

O assessor da Coordenação Regional de Ensino da cidade, Adésio de Souza, aponta primeiramente à distância. “acreditamos que uma grande população do campo formada por trabalhadores rurais tenha contribuído para esse número estatístico, pois, devido às grandes distâncias, torna-se difícil a mobilidade dos estudantes que precisam trabalhar e, depois do trabalho, deslocam-se até uma escola no período noturno”. (RODRIGUES, 2016)

O assessor da época indicou também a violência e o inchaço populacional como fatores determinantes para esse percentual.

“No centro urbano, acreditamos que a violência tenha causado insegurança aos educandos, dificultando a permanência nas escolas. E, nos últimos anos, a cidade sofreu um inchaço populacional muito grande em razão da migração de pessoas de boa parte do país e do entorno e até de outras regiões administrativas”. (RODRIGUES, 2016)

Oliveira e Eiterer (2008), citando CAMPOS (2003), afirmam que diversas razões de ordem social e econômica concorrem para a evasão¹⁴ escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola. Reafirmam ainda

que os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando o jovem e adulto deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Santos (2007) chama atenção para o fato de que o aluno de EJA é um aluno diferente, inseguro e, são as diversas derrotas vividas ao longo de um processo escolar, muitas vezes já iniciada no ensino regular, que irão abalar sua autoestima. Para a autora, qualquer decepção sofrida na escola faz com que este sujeito abandone o ambiente escolar.

Em reportagem da NOVA ESCOLA, Vichessi e Diniz (2016) afirmam que a maioria das faculdades de Pedagogia negligencia a EJA e não prepara os educadores

¹⁴ Termo utilizado pelos autores

para lidar com as especificidades da modalidade e aponta que lecionar para Jovens e Adultos é um fato abordado somente em 1,5% das disciplinas do currículo de Pedagogia.

Capítulo 3 - METODOLOGIA DE PESQUISA

No decorrer da construção do trabalho, a pesquisadora identificou que uma das causas da quantidade surpreendente de pessoas que declararam obter o nível fundamental incompleto nos estudos, na cidade de Planaltina DF, decorria da grande taxa de abandono¹⁵ escolar. Interrupção na trajetória escolar que era sempre presente em suas turmas de EJA e também evidenciado nos índices apresentados no censo escolar de 2015.

O instrumento utilizado para obtenção dos dados foi um questionário¹⁶. Segundo Gil (1995), questionário é uma técnica de investigação constituída por determinado número de questões que são apresentadas de forma escrita à amostra da pesquisa. O intuito da utilização desta técnica é obter acesso ao conjunto de opiniões, valores e crenças acerca de um objeto de investigação.

O questionário foi escolhido como metodologia de pesquisa devido ao fato de a pesquisadora ter fácil acesso aos locais de entrevista e aos entrevistados, que nesse caso foram os estudantes do 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos das escolas em que a pesquisadora trabalhou no ano de 2016. Levantou-se uma série de questões sociais relacionadas à interrupção da trajetória escolar.

A aplicação do questionário limitou-se aos meses de outubro e novembro do mesmo ano. A pesquisadora no decorrer dos meses explicou aos alunos a necessidade do questionário, que apresenta quatorze questões abertas e de livre participação e resposta. A escolha por questões abertas se deu pelo fato da pesquisadora buscar respostas que deixassem os entrevistados mais à vontade e que proporcionassem comentários, explicações e esclarecimentos mais significativos em relação aos motivos que levam os estudantes a interromper sua trajetória escolar em diferentes momentos de sua vida.

O questionário foi aplicado pela pesquisadora durante as suas aulas no CEF 03 de Planaltina com 41 alunos do 2º Segmento da EJA e, logo em seguida, no CEDDAG, para 86 alunos do 2º Segmento também no noturno.

Foi solicitado que os alunos respondessem livremente o questionário e a análise das respostas buscaram esclarecer o motivo da interrupção da trajetória escolar dos estudantes.

¹⁵ Abandono é o termo utilizado nos documentos do Censo Escolar, 2015, da SEDF.

¹⁶ APÊNDICE A - Questionário de livre resposta

A primeira amostra desta pesquisa é constituída por 41 estudantes da Educação de Jovens e Adultos do CEF 03. Os sujeitos apresentam o seguinte perfil: a maioria é de adolescentes, residentes nos bairros vila buritis (I, II, III, e IV), estudantes regulares do 2º Segmento da EJA, 13 do sexo masculino, 19 do sexo feminino, e 9 que não quiseram responder a pergunta. Dos participantes, 28 deles são nascidos entre 1998 e 2001, ou seja, tem entre 15 e 18 anos.

Já na amostra realizada no Centro Educacional Dona América Guimarães a pesquisa é constituída por 86 estudantes da Educação de Jovens e Adultos que apresentam o seguinte perfil: metade são adolescentes entre 15 e 19 anos e a outra metade, adultos acima de 20 anos de idade até os 53 anos, residentes nos bairros Arapoanga e Vale do Amanhecer, estudantes regulares do 2º Segmento da EJA, 38 do sexo masculino, 37 do sexo feminino, 11 que não quiseram responder a pergunta. Dos participantes, 41 deles são nascidos entre 1997 e 2001, ou seja, tem entre 15 e 19 anos, 39 alunos são nascidos entre 1963 e 1996 e tem entre 20 e 53 anos de idade, 6 alunos não quiseram revelar suas idades.

3.1 – ANÁLISE DE DADOS

No geral, as respostas dos alunos são muito amplas e revelam que a falta de interesse nos estudos e as reprovações constantes, aliados a outros fatores como o consumo de bebidas alcoólicas, festas, drogas e o envolvimento com o crime, são os pontos que mais foram destacados como respostas do questionário entre os jovens que responderam ao questionário.

A gravidez precoce e a necessidade de trabalhar para ajudar a família foram outros tópicos citados pelos pesquisados, como justificativa para as constantes desistências dos estudos.

Outra questão que chama atenção no estudo é que dos 41 alunos que responderam a pesquisa no CEF 03, quase 37% deles têm medo ou receio de frequentar as aulas no período noturno devido à violência, criminalidade, falta de segurança e pelas “guerras de gangues” que ocorrem nos bairros dos quais são oriundos.

Outro item elencado, no questionário, e respondido pelos alunos foi a respeito da motivação que os fizeram voltar e continuar os estudos. Entende-se que motivação é um impulso que faz com que as pessoas ajam para conseguir atingir seus objetivos.

Está ligada diretamente aos desejos e vontades do ser humano. Nesse quesito as respostas eram abertas e muitos deles deram mais de uma motivação em continuar os estudos. As respostas são bem definidas, a ideia de “ter um futuro melhor” apareceu em 16 respostas dos entrevistados, seguida de “se formar e fazer uma faculdade”, em 10 respostas, além de “ter um emprego melhor e ajudar em casa” que apareceu como resposta em 10 questionários.

As respostas ao questionário revelaram ainda que, no CEDDAG, 51% dos alunos já abandonaram os estudos pelo menos uma vez, por diversos motivos já citados, entre eles o que mais foi revelado pelos alunos foi a necessidade de trabalhar e ajudar a família, seguido de dificuldade de aprendizado para levar os estudos adiante.

Dos alunos que responderam ao questionário no CEDDAG, 34% deles têm medo ou receio de frequentar as aulas à noite por causa da alta criminalidade e falta de segurança na porta da escola e no caminho que percorrem de volta para suas casas.

No entanto, a motivação para finalizar os estudos também foi muito presente entre as resposta dos alunos do CEDDAG. 86 alunos definem que a conclusão dos estudos é muito importante, e alguns declaram que a motivação que os fazem continuar e terminar os estudos implica em “buscar um emprego melhor”, “se formar em uma faculdade” e “dar exemplo para os filhos e sobrinhos”.

Para essa motivação se efetivar e levar os alunos à continuidade e futura conclusão dos estudos, os professores e a escola tem papel importante ao perpetuar esse estímulo e encorajamento para que as aulas se enquadrem dentro do foco que os alunos buscam.

O problema da motivação torna se bastante complexo, pois o professor só conseguirá de fato motivar seus alunos se for capaz de despertar seu interesse pela matéria que está sendo ministrada. Ou quando for capaz de demonstrar que aquilo que está sendo ensinado é necessário para os alunos alcançarem os seus objetivos (GIL, 1995).

Os professores juntamente com a equipe pedagógica da escola precisam criar estratégias, colocando em pratica o que consta nas Diretrizes e no currículo em Movimento da EJA, estratégias que vão ao encontro dos anseios e motivações dos alunos para que o sucesso ao final seja alcançado por ambas as partes, alunos e equipe escolar, levando a realização dos objetivos dos estudantes, quer seja se formar, ter condições de buscar empregos melhores ou para ajudar suas famílias.

Capítulo 4 – PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL)

4.1 - JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Intervenção Local (PIL) surge como uma tentativa para diminuir a taxa de interrupção do percurso escolar que foram constatados durante a construção desse trabalho de conclusão de curso. No ano de 2015 e durante o ano de 2016, a pesquisadora percebeu o esvaziamento e a desmotivação que levaram os alunos do CEDDAG e do CEF 03 a deixarem de frequentar as aulas, no entanto, nada foi proposto por ela enquanto docente ou coordenadora pedagógica, dos estabelecimentos em que foram realizadas as pesquisas, para que essa problemática fosse resolvida.

Paulo Freire (1993), em artigo de Chaim no Jornal do Brasil, declarou que os alunos jamais evadem das escolas, afirmou que eles são expulsos pelo descaso dos governos, pelo despreparo científico dos professores e pela ideologia elitista das escolas brasileiras.

De acordo com Gonçalves e Cruz (2015), citando Duran (2007), as causas da evasão¹⁷ estão relacionadas a alguns fatores como a repetência e, principalmente, o horário de trabalho e desmotivação do aluno. E em estudos realizados por Pessanha *et al.* (2010), também citado por Gonçalves e Cruz (2015), explica-se que a evasão¹⁸ por motivo de repetência nas escolas públicas ocasiona o desestímulo dos alunos que se sentem destoados da classe e tendem a interromper os estudos.

Os alunos relatam que os professores atuais os motivam e incentivam com palavras de encorajamento e confiança a continuar os estudos e essa atitude dos professores já se fundamenta como uma das responsabilidades que serão propostas por esse PIL.

4.2 - OBJETIVO GERAL

- Diminuir os índices de interrupção da trajetória escolar dos alunos do 2º Segmento da EJA do CEDDAG e do CEF 03 em Planaltina-DF e integrar a EJA das escolas com Educação Profissional.

¹⁷ Evasão é o termo utilizado pelos autores.

¹⁸ Evasão é o termo utilizado pelos autores.

4.3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Montar com os professores, durante as coordenações pedagógicas, um grupo de apoio estimulador;
- Realizar a avaliação diagnóstica aprofundada sobre o perfil social dos estudantes;
- Reinventar a sala de aula da EJA, com a colaboração e participação dos estudantes;
- Avaliar de forma qualitativa conforme consta nas diretrizes operacionais da EJA¹⁹;
- Desenvolver estratégias, com o grupo de apoio, que resgatem os alunos no início da interrupção dos estudos;
- Identificar e levantar os motivos que possam levar o aluno a interrupção escolar e buscar, de forma pedagógica, saná-los;
- Construir oficinas e projetos que estimulem a permanência dos alunos nas escolas;
- Utilizar o requerimento de Ausência Justificada com Critérios (AJUS), para as ausências que ultrapassem os 25% de faltas.

4.3 - ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES

- Na primeira reunião do início de semestre letivo, a equipe de direção deve orientar sobre a importância de criar estratégias que minimizem a interrupção do percurso escolar, apresentando dados sobre a quantidade de estudantes considerados ABA²⁰ do semestre anterior.
- O coordenador, durante as coordenações coletivas, deve estruturar o grupo de apoio, dividir as turmas conselheiras e orientar o grupo de professores que criem grupos de contato com os alunos, com listas de telefones com aplicativos de mensagens instantâneas (whatsApp, Telegram e outros), endereços de e-mail eletrônicos e redes sociais

¹⁹A avaliação escolar na Educação de Jovens e Adultos, em seus diferentes processos e espaços, não poderá renovar as exclusões a que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos foram submetidos ao longo do tempo, portanto deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa com vistas às aprendizagens (GDF, 2014)

²⁰ Sigla lançada no diário escolar, conforme orientação de chefe de secretaria escolar, quando o estudante interrompe a trajetória escolar por 30 dias ou mais, significa abandono.

como as contas no Facebook para que a escola obtenha esses dados em arquivos por turmas;

- A organização dos estudantes em Grêmios Estudantis e a realização de assembleias para que possam ser ouvidas suas reivindicações e necessidades;
- Os professores conselheiros, elegem um representante e um vice representante de turma, escolhidos pelos alunos, que deverão manter contato semanal com os colegas, utilizando as redes sociais para repassar os conteúdos e atividades para os colegas ausentes.
- Durante as aulas, os professores deverão realizar a chamada diariamente e, quando percebido que determinado aluno está ausente por uma semana seguida ou por cinco faltas alternadas, sem a apresentação do requerimento AJUS de justificativa, eles devem repassar a informação à coordenação escolar.
- O coordenador escolar, de posse das informações dos possíveis alunos que se encontram em risco de interromper os estudos, inicia o chamamento do grupo de apoio que identificam, por meio de ligações telefônicas ou mensagens via WhatsApp, os motivos que provavelmente levam esse aluno a desistir dos estudos.
- O grupo de apoio, formado pelos professores e equipe de direção, incentivam pedagogicamente, com aplicação de trabalhos extras, diferenciados e específicos aos estudantes em risco de interrupção da trajetória escolar, aulas de reforço durante as coordenações, e oportunizando novas datas de entregas de atividades e testes assim que o retorno dele aos estudos for concretizado, conforme já está explicito nas Diretrizes Operacionais da EJA:

Portanto, é necessário flexibilizar os processos escolares compreendendo as condições de aprendizagem, participação, frequência e avaliação para que cada jovem, adulto e idoso da classe trabalhadora tenha garantido o seu direito à educação pública e de qualidade social. (GDF, 2014)

- Esse ciclo de ações deve ser mantido durante todo o semestre letivo.
- O coordenador juntamente com a equipe de direção deve incentivar o apoio e a parceria de mais docentes para o grupo de apoio, buscando,

dessa maneira, que o projeto se fortaleça e crie uma coesão maior do grupo em torno da tentativa de diminuição da evasão.

4.4 - CRONOGRAMA

- Reunião com as equipes de direção, na primeira semana de aula em fevereiro do ano de 2017, para apresentar o PIL e explicar o desenvolvimento do projeto.
- Na segunda semana do semestre letivo, realizar a reunião da direção com o corpo docente para alertar sobre a importância de se criar estratégias no intuito de diminuir a evasão dos alunos da EJA nas escolas pesquisadas.
- Na terceira semana de aula, na coordenação coletiva, o coordenador pedagógico estrutura o grupo de apoio e delega, de forma democrática e com a participação dos docentes, as funções e objetivos de cada participante do grupo de apoio e dos professores.
- Ainda na terceira semana de aula os professores conselheiros elegem os representantes e vice-representantes das turmas e dão as orientações sobre a importância do projeto e da necessidade de manter contato com os colegas da turma para incentivar que realizem os trabalhos e tarefas, mesmo em dias que não estiverem presentes na escola.
- Desse momento em diante as reuniões com o grupo de apoio e o chamamento dos possíveis abandonos serão realizados quinzenalmente até o fim do 1º semestre letivo de 2017.

4.5 - PARCEIROS

O projeto contará com a participação da comunidade escolar.

4.6 - ORÇAMENTO

O projeto demanda, principalmente, do comprometimento pessoal e social dos seus envolvidos. No entanto, a parte financeira poderá ser complementada mediante doações e parcerias das escolas envolvidas, realização de bazar, rifas e bingos e com o valor de arrecadação podem ser feitas as compras de celulares, chips de celulares

pré-pagos e recargas mensais para que possam ser realizadas as ligações e contatos com os alunos.

4.7 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Deverá ser feito o acompanhamento quinzenalmente pela equipe de apoio e pelos professores do grupo de apoio, lembrando sempre que a avaliação diagnóstica para identificar as possíveis causas da interrupção da trajetória escolar deve ser realizada durante todo o período. E, no final do semestre letivo, pela equipe gestora para avaliar os resultados e taxas de interrupção do percurso escolar do semestre de aplicação do projeto, auxiliando nas mudanças de estratégias e novas intervenções para o semestre seguinte.

4.8 – CONCLUSÃO

O direito à educação para todos os brasileiros é garantido na Constituição Federal do país. Portanto, não há o que discutir sobre o oferecimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos aos trabalhadores que não tiveram acesso, permanência e continuidade nos estudos. Ela Deve ser assegurada gratuitamente e de forma que viabilize e estimule a permanência dos estudantes, mediante ações integradas e que considerem as especificidades do alunado, de forma articulada com a Educação Profissional contemplando os anseios dos estudantes.

A aplicação do PIL busca, exatamente, ir ao encontro do pilar do direito de aprender, compreendendo a EJA numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, visando o desenvolvimento pessoal e o progresso social do ser humano, a continuidade dos estudos e a tomada de consciência do indivíduo, propondo que o descaso dos governos e o despreparo de alguns professores não expulsem os estudantes das escolas de Planaltina.

Criar espaços de discussão nas escolas conforme orienta as Diretrizes e o Currículo em Movimento, com foco na aprendizagem significativa do estudante e tornando a escola mais atrativa e com a participação dos alunos como corresponsáveis pela sua aprendizagem já aponta um caminho para uma melhoria na Educação de Jovens e Adultos e conseqüentemente a diminuição da interrupção escolar.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50, 2005.

A Educação de Jovens e Adultos e o Movimento brasileiro de alfabetização. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/impactos-mudancas-no-modo-vida-planaltina-com-construcao-capital.htm#capitulo_3> Acesso em 25 de ago. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, (ArPDF),. **Planaltina um referenciamento de fontes, caderno de pesquisa** nº 8, 1ª Edição. Brasília: ArPDF, 1999.

BARREYRO, Gladys Beatriz et al. "O Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em revista**, n. 38, p. 175-191, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4060201000030001> Acesso em 29 de ago. 2016.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**:eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. 1995. Disponível em <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1718/1/Paulo%20Bertran-Hist%c3%b3ria_da_terra.pdf > Acesso em 26 de set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade **-DOCUMENTO BASE NACIONAL PRAPARATÓRIO À VI CONFITEA***, Brasília, 2008.

_____. Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1971. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm > Acesso em 29 ago. 16

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 01/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. DCN/EJA. Brasília, 2000

_____. Ministério da Educação, **DOCUMENTO REFERÊNCIA PRONATEC EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013811152818250pronatec_eja_documento_referencia_2013.pdf > Acesso em 15 set. 2016.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro 1934. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 24 de ago. 2016

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e**

Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 28 de ago. 2016.

BIOGRAFIAS, Educador Paulo Freire, Pedagogia e comunicação. UOL Educação. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/paulo-freire.htm>> Acesso em 29 de ago. 2016.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança – movimentos sociais na era da internet. Publicado em 2013 pela Zahar. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/pdf/15208452.pdf>> Acesso em 26 de ago. 2016.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Os riscos do Pronatec para a Educação Técnica Profissional.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011.

CONCEIÇÃO, Nayara Carla Rodrigues da. **IMPACTOS E MUDANÇAS NO MODO DE VIDA EM PLANALTINA COM A CONSTRUÇÃO DA CAPITAL FEDERAL:** Uma reflexão sobre o modo de vida em Planaltina antes e depois de Brasília. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/impactos-mudancas-no-modo-vida-planaltina-com-construcao-capital.htm>> Acesso em 30 de ago. 2016.

CHAIM, Célia. Um brasileiro que o mundo festeja. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Artigos**, 1993.

CRUZ, Erica; GONÇALVES, Márcia Ribeiro. EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **LINKSCIENCEPLACE-Revista Científica Interdisciplinar**, v. 2, n. 3, 2015. Disponível em <<http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/viewFile/108/47>> Acesso em 01 de out. 2016.

DISTRITO FEDERAL, Governo do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015.** Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2015/PDAD_Planaltina2015.pdf> Acesso em 25 de ago. 2016.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**, Brasília 2014. Disponível em <www.se.df.gov.br/component/.../282.../443-curriculoemmovimento.html> Acesso em: 30 de ago. 2016.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014-2017.** Brasília: SEEDF, 2014.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Subsecretaria de Educação Básica, Gerencia de Educação de Jovens e Adultos. **DIAGNÓSTICO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DISTRITO FEDERAL**, Brasília, 2008. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/df/files/diagnosticodf.pdf> > Acesso em 05 de out. 2016.

_____, FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – **Plano Distrital de Educação (PDE) 2015 –2024** Brasília, 2015. Disponível em <http://forumeja.org.br/df/node/2937>. Acesso em 15 de fev. de 2017.

FAVERO, Osmar. **EDUCAÇÃO de Jovens e Adultos - história e memória (parte 1)**. youtube. Vídeos educativos:2012. 56h04min.Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E2rxFCWnaUw> > Acesso em: 25 ago. 2016.

FRIEDRICH, Márcia et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

GOULART, Guilherme, **Drogas impulsionam crimes nos bairros mais carentes de Planaltina**. 2010. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/12/13/interna_cidades_df,227424/drogas-impulsionam-crimes-nos-bairros-mais-carentes-de-planaltina.shtml> acesso em 25 ago. 2016.

GRACINDO, Regina Vinhaes **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O PNE 2011-2020: Avaliação e perspectivas** pág. 137 ate 153 in: LIVRO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS LUIZ FERNANDES DOURADO (org.) editora UFG autentica 2ª ed. 2011.

LÓPES, Nayse. Defendendo a visão crítica, Paulo Freire faz palestra no Rio sobre a alfabetização. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Artigos**, 1996.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. **Sertão Planaltina: uma outra história de BRASÍLIA – 1ª edição** – Curitiba, PR: CRV, 2011.

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao>>. Acesso em: 29 de ago. 2016.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia. Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA. **Faculdade de educação/UFMG**, 2008. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo10.pdf>Acesso em 25de set. 2016.

PEREIRA, Maria Luiza Pinho e TÔRRES, Maria Madalena **Relações Entre a Universidade de Brasília e o Movimento Social Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF (GTPA)/ Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do DF – tensões e desafios de um longo e permanente caminho de lutas** pág. 65 até 87. In: RÊSES, Erlando da Silva (Org.) Universidade e

movimentos sociais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/livro_uiversidade_e_movimentos-sociais.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PIRES, Jovana Paiva Pereira; SOARES, Josete Pereira Peres. A formação docente dos profissionais da EJA e do PROEJA: um novo olhar sobre a prática pedagógica.

REIS, Renato Hilário. A Constituição do Ser Humano amor, poder, saber na educação de jovens e adultos. 1ª ed. São Paulo. Autores Associados. 2011.

RÊSES, Erlando da Silva; PEREIRA, Maria Luiza Pinho. Paulo Freire e a pedagogia da libertação. **ComCiência**, n. 146, p. 0-0, 2013. Disponível em <http://i687.photobucket.com/albums/vv240/nunobsb/Planaltina_Mapa.jpg> Acesso em 04 de set. 2016.

_____, Erlando da Silva; VIEIRA, Maria Clarisse; REIS, Renato Hilário dos. Presença e pegadas de Paulo Freire no Distrito Federal: uma primeira aproximação. **Linhas críticas**, v. 18, n. 37, p. 529-550, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/8013/6721>> acesso em 18/09/16

REZNIK, Luís. **Um desafio do tamanho da Nação: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo**. 2008. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13041/13041_5.PDF> Acesso 28 ago. 2016.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Alfabetismo e atitudes: pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos. 1998. Disponível em <http://forumeja.org.br/gt18/files/RIBEIRO.pdf_3.pdf> Acesso em 27 de ago. 2016.

Rodrigues, Laís. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.uniceub.br/index.php/planaltina-40-desistiram-de-estudar/>> Acesso em 29 ago. 2016.

SANTOS, Maria Aparecida Monte Tabor dos. **A produção do sucesso na Educação de Jovens e Adultos: o caso de uma escola pública em Brazlândia-DF**. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em: 05 out. 2016.

STRELHOW, ThyellesBorcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR on-line, v. 10, n. 38, 2010. Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>> Acesso em 07 de set. 2016.

VICHESI, Beatriz e DINIZ, Melissa. **Para que os estudantes de EJA aprendam a ler e a escrever, é preciso respeitar algumas especificidades e acionar quatro situações didáticas**, 2016. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/59/pratica-adequada-aos-adultos>> Acesso em: 10 out. 2016.

APÊNDICE A

Instrumento de Pesquisa: Questionário de livre resposta

1. Você se entende como homem, mulher ou outra classificação? _____
2. Em qual bairro você mora atualmente? _____
3. De onde veio?(cidade e estado): _____
4. Qual o ano do seu nascimento? _____
5. Por quais motivos você não continuou seus estudos?

6. Quando você voltou para a escola na Educação de Jovens e Adultos? _____
7. Em qual escola? _____
8. Desistiu alguma vez, depois que entrou na EJA? _____ Quantas vezes? _____
Por quais motivos? _____
9. Arrependeu-se dessa desistência? _____ Por quê? _____
10. Em qual etapa você está agora? _____
11. Qual sua motivação em continuar os estudos daqui para frente?

12. Seus professores atuais te motivam a continuar os estudos? _____
13. Você trabalha? _____
 - 13.1 Formalmente, com carteira assinada ou faz "bicos"? _____
 - 13.2 Você é chefe de família? _____
 - 13.3 Tem filhos? _____ Quantos? _____
 - 13.4 Seus filhos estudam? _____
14. Você tem medo ou receio por estudar à noite? Por quê? _____

Obrigada por participar da pesquisa!